Uma menina de 11 anos e o racismo que continua sangrando neste país

Vivemos tempos que exigem coragem para encarar verdades que, por muito tempo, foram ignoradas ou disfarçadas. No último dia 11, uma menina de 11 anos foi chamada de “macaca” por um colega dentro de uma escola municipal na Zona Leste de São Paulo. Quando a irmã mais velha foi ao aluno para defendê-la, levou um soco na boca. Na Escola Municipal Forte dos Reis Magos, em São Mateus, estudantes colocaram cartazes nos portões em protesto, porque palavras, às vezes, são o único escudo que crianças têm.

Esse caso não é uma exceção. É um espelho.

Ele escancara o que muitos ainda insistem em negar. O racismo segue presente, atuante e perigosamente naturalizado, inclusive entre crianças, dentro de salas de aula, em espaços que deveriam ser de acolhimento e formação. Se uma menina de 11 anos já carrega esse peso, algo profundo está errado na forma como construímos nossa sociedade.

O racismo no Brasil não se manifesta apenas em agressões explícitas. Ele se revela nos olhares desconfiados, nas oportunidades negadas, nas piadas “inofensivas” e nas estruturas que, silenciosamente, excluem. É uma violência que se infiltra no cotidiano e, por isso, muitas vezes passa despercebida e, especialmente por quem não é seu alvo.

Não podemos esquecer que somos um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão. Foram mais de três séculos de exploração e desumanização que não desapareceram com a assinatura de uma lei. Suas consequências ainda estão vivas, refletidas nas disparidades sociais, no acesso desigual à educação, à saúde, ao mercado de trabalho e à justiça. No Brasil, 57% da população é negra, e essa maioria ainda enfrenta, diariamente, o peso de um passado que o país insiste em não assumir. Negar o racismo é negar a própria história.

O Brasil avançou na legislação. A Constituição de 1988 tornou o racismo crime inafiançável e imprescritível, e em 2023 a Lei 14.532 equiparou a injúria racial ao crime de racismo, endurecendo as punições. Aqui em Mato Grosso, temos feito nossa parte. Instituímos por lei o Dia Estadual de Tereza de Benguela e da Mulher Negra — homenagem à rainha quilombola que, no século XVIII, liderou a resistência negra e indígena no Quilombo do Quariterê, em nosso próprio Estado.

Em 2025, promulguei a Lei nº 12.856, que criou o Fundo Estadual da Promoção da Igualdade Racial, destinado a financiar ações concretas voltadas às populações negra, indígena e outras etnias vulneráveis. São avanços reais, conquistados com trabalho. Mas legislar não basta enquanto a mentalidade social não acompanha o texto da lei.

É preciso mais. Educação antirracista desde a infância, dentro das próprias escolas onde essa violência acontece. Políticas públicas que reparem desigualdades históricas. E coragem individual para não silenciar diante da discriminação, porque o silêncio, nesses casos, também é conivência.

O racismo não é um problema apenas de quem sofre com ele. É um problema de todos nós. Enquanto uma criança precisar de cartazes nos portões da escola para dizer que merece respeito, não poderemos falar em democracia plena.

O desafio está posto. Exige mais do que indignação: exige consciência, responsabilidade e ação.

Max Russi é deputado estadual e atual presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT)